

**“Ninguém manda nestas crianças?”
a educação escolar em foco na revista *Realidade*¹ (1966-1970)**

Sílvia Maria Fávero Arend

Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Juliana Bender Ribeiro

Graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Resumo

A revista *Realidade*, publicada pela Editora Abril, entre os anos de 1966 e 1976, destacou-se dentre os periódicos mensais publicados no Brasil no período. Neste artigo centramos a análise nas reportagens relacionadas à educação infantil publicadas na revista *Realidade* entre os anos de 1966 e 1970, as quais difundiam as abordagens inovadoras do campo pedagógico vigentes nos Estados Unidos e da Europa. Almejava-se a modernização da educação escolar brasileira através de questionamentos das diretrizes do ensino tradicional.

Palavras-chave história, imprensa, infância, educação escolar, Revista *Realidade*.

Abstract

The magazine *Realidade*, published by Editora Abril, between the years 1966 and 1976, stood out from the monthly periodicals published in Brazil in the period. In this article we focus on analyzing the reports related to child education in *Realidade* magazine published between the years 1966 and 1970, which diffused innovative approaches to teaching field existing in the United States and Europe. The magazine longed to modernization of Brazilian school education through questioning the guidelines of traditional teaching.

Keywords history, press, childhood, schooling, *Realidade* Magazine.

1 Este artigo é parte de uma investigação mais ampla denominada “Um país impresso entre culturas políticas e sociabilidades – revistas semanais, projetos sociais e memória histórica no Brasil (1964-1990)”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Edital Universal 014/2011.

Introdução

Educação sexual no ensino escolar primário, parto, pílula anticoncepcional e as práticas sexuais durante o período da juventude foram temas bastante frequentes nas reportagens da revista *Realidade*, motivo pelo qual ela foi considerada “transgressora” no momento em que apareceu no mercado editorial brasileiro. Publicada pela Editora Abril Cultural entre os anos de 1966 e 1976 mensalmente, a revista apresentava as seguintes características quanto à sua apresentação: extensas reportagens; em cada edição o sumário das produções dividido em seções que variavam de mês para mês; cartas esporádicas do próprio diretor da Editora Abril, Victor Civita, aos leitores e leitoras; cartas dos leitores e leitoras ao diretor (presentes em todas as edições); e propagandas variadas.

As reportagens principais, em grande maioria, eram escritas tendo em vista a perspectiva da narrativa literária. Aderiu-se aos travessões, ao detalhamento das personagens envolvidas e a um roteiro bem estruturado, com começo, meio e fim – assim como nos contos. As grandes imagens (fotografias e/ou desenhos) eram importantes elementos de elucidação da linguagem escrita. Estas imagens chegavam a ocupar páginas inteiras e traduziam, à maneira da revista, o que estava sendo publicado.

O impresso, portanto, inovou os padrões de escrita, bem como os assuntos debatidos e a “arquitetura” visual das reportagens. Por outro lado, figurou como uma revista que precisava, constantemente, lidar com apreensões de exemplares a pedido do Juizado de Menores por considerá-los “imorais”, “impróprios” e “eróticos”, ao passo que negociava e mantinha sua produção ao realizar amplas reportagens sobre a vida e carreira dos presidentes eleitos naqueles anos. Exaltava-se a simbologia destes importantes personagens políticos enquanto diversas matérias, sorrateiramente, manifestavam e debatiam as controvérsias dos governos, a falta de comprometimento com a educação no país na época e a escassa liberdade individual quanto às manifestações no campo da sexualidade de crianças, jovens e adultos.

Todavia encontrar exemplares físicos deste periódico foi bastante difícil. Além da revista não estar disponível no formato digital, os exemplares existentes para compra se

concentram em poucas cidades, tal como, São Paulo, em especial nos grandes sebos. As coleções também não costumam estar completas; a maioria dos vendedores possuem edições aleatórias, dificultando análises de forma sequencial, assim como a formação de volumes (ao todo foram publicados onze destes) com os doze números (foi lançada uma edição por mês exceto no primeiro e último ano de existência da revista).

Possivelmente em função da dificuldade de aquisição deste impresso, poucos estudos foram produzidos tendo a revista *Realidade* como fonte documental principal. Faro² e Ferreira³ podem ser citados como os raros nomes que se enquadram neste cenário e são utilizados neste artigo como bases fundantes no que concerne à discussão do processo de produção editorial e da manipulação/formulação das reportagens do referido impresso.

Este artigo analisará como a revista *Realidade* posicionou-se frente a temas referentes à educação infantil no Brasil entre os anos de 1966 e 1970 relacionando-os ao contexto político autoritário que prevalecia no país naquele momento. É importante lembrar que desde 1964 a população brasileira estava sob a égide de um regime ditatorial capitaneado por generais do Exército. A produção de discursos sobre a infância pelo Estado brasileiro, neste viés, foi pautada em grande parte na supressão das liberdades individuais e na contenção dos considerados menores de idade pobres, vistos como “problemas sociais”. Estas medidas iam de encontro às propostas veiculadas na revista *Realidade*, influenciadas por correntes pedagógicas provindas dos Estados Unidos e da Europa que favoreciam a autonomia e a liberdade de crianças e jovens.

Para a confecção deste artigo foram utilizadas 45 edições de *Realidade* publicadas entre os anos de 1966 e 1970. As reportagens da seção “Educação” e que tematizavam o ensino escolar de meninos e meninas de 0 a 15 anos foram selecionadas.

No começo do século XX a produção de um discurso no campo da Pedagogia tomou vulto no Brasil. Contava-se com a adaptabilidade infantil, ou seja, com a vontade consciente

2 FARO, J. S. *Realidade 1966-1968: Tempo de reportagem na imprensa brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em <http://www.jsfaro.net/>Acesso em: 4 set. 2014.

3 FERREIRA, T. S. *Revista Realidade: Gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-1968)*. Niterói, 2013. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense.

de alunos e alunas em quererem aprender. Esta alteração no campo pedagógico não ocorreu apenas nas camadas sociais mais altas da sociedade brasileira. Pois, se o considerado “menor” necessitava de amparo social e se nele ainda fundia-se a imagem de criança pobre e carente, políticas públicas deveriam auxiliar esta nova ressignificação por meio de ferramentas educacionais.⁴ Abreu e Martinez alegam que programas voltados à democratização da escola pública e à difusão do ensino às crianças de classes subalternas efervesciam naquele período, porém foram redimensionados na década de 1960.⁵

Desde o início do século XX reivindicou-se no Brasil a criação de instituições educacionais gratuitas e obrigatórias, além da instituição de aparatos assistenciais coesos e eficientes no trato de crianças e adolescentes. O que se sucedeu durante a ditadura militar certamente não foi ao encontro destes clamores. Tornaram-se impossíveis e inviáveis estas propostas, prevalecendo a implantação de normativas repressivas.⁶

Segundo Oliveira, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi o fio condutor que abrangeu os elementos ideológicos e as diretrizes políticas e econômicas dos programas governamentais.⁷ Sob o binômio *segurança e desenvolvimento*, o governo militar preocupou-se, em primeira mão, com a ordem e a estabilidade do país através do combate ao comunismo e de quaisquer movimentos sociais que dele resultassem. Como fonte de legitimação do

4 O historiador Fernando Londoño afirma que até o século XIX, o conceito de menor era utilizado como sinônimo de criança, jovem ou adolescente. Posteriormente, este adquiriu a conotação de uma determinação etária no plano de responsabilidade sobre penalidades legais. O autor infere que foi a partir da década de 1920 que essa palavra no Brasil começou a ser identificada dentro de um referencial da criança perante a “situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil, jurídica e os direitos que lhes correspondem”. LONDOÑO, F. T. A Origem do Conceito *Menor*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992. p.129.

5 ABREU, M.; MARTINEZ, A. F. Olhares sobre a Criança no Brasil – Perspectivas Históricas. In: RIZZINI, Irene. *Olhares sobre a criança no Brasil – Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária USU, 1997. p. 19-39.

6 RIZZINI, I. Crianças e Menores: do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. In: PILLOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). *A Arte de Governar Crianças*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, Ed. Santa Úrsula, Anais Livraria e Editora, 1995. p.152.

7 OLIVEIRA, R. S. Ensaio sobre ditadura, democracia, liberdade e criminalidade no Brasil republicano. *Revista Históriae*, v.3, n.2, p.246-257, 2012. <<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3160>> Acesso em: 4 abril. 2014.

sistema, necessária para sua aceitação na sociedade, a democracia tornou-se o bem maior de uma população que deveria sacrificar seus anseios e liberdades individuais em prol do bem-estar comum. Encontra-se aí, a principal justificativa para a “contenção dos considerados menores”: era preciso manter a ordem social.

A origem da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1964, criada como substituta do antigo e considerado deficiente Serviço de Assistência ao Menor (SAM), exemplifica políticas sociais que defendiam a reintegração social de crianças e jovens consideradas infratoras por meio de métodos socioeducativos, mas que se sustentavam, de fato, em ações repressivas realizadas em grande parte por profissionais mal preparados. Eis o que afirma a historiadora Franciele Becher:

A criação de uma instituição centralizada de políticas assistenciais poderia ser uma forma valiosa de garantir a difusão dos valores do regime, garantindo seus objetivos, além de funcionar como uma forma de legitimá-lo entre a população frente ao grave problema social dos “menores”.⁸

A década de 1960 caracteriza-se por uma intensa propagação da imagem da infância, sobretudo a percebida como pobre, como um problema que não pertencia somente à família, mas a toda a sociedade brasileira. Mediante o surpreendente crescimento demográfico urbano, problemas como a falta de mão-de-obra especializada e a criminalidade entraram em cena. Os governos militares trataram à sua maneira de resolver tais questões: artifícios repressivos nos campos educacional e legal foram exemplos destas medidas.

Segundo Hilsdorf, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) recebeu apoio da agência estadunidense chamada *Agency for International Development* (USAID) durante os governos militares. Entre os anos de 1964 e 1968, doze acordos MEC-USAID foram estabelecidos com a finalidade de promover a produtividade e a eficiência no campo escolar.⁹

8 BECHER, F. Os “menores” e a FUNABEM: influências da ditadura civil militar brasileira. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)*, São Paulo, 2011. p.8.

9 HILSDORF, M. L. S. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Editora Pioneira/Thomson Learning, 2005. p.124.

Além dos próprios artifícios internos de regulação social, ações internacionais auxiliaram ainda mais as políticas educacionais do período.

Os princípios estabelecidos foram pautados no crescimento das grandes empresas de cunho capitalista,

De acordo com a política econômica de concentração de rendas, a **concentração** do sistema escolar. Essa orientação provocou a contenção do sistema público, ao passo que a formação de grandes aglomerados de escolas particulares, especialmente no ensino superior, eram incentivadas.¹⁰

A iniciativa privada, portanto, foi extremamente favorecida durante a ditadura militar. De acordo com a referida autora, frequentar escolas particulares era um dos símbolos do *status*, fora o fato das escolas públicas estarem se deteriorando em detrimento das forças dos “empresários de ensino”. Estes indivíduos detinham cargos no sistema de educação desde o nível federal ao municipal e transferiam os recursos das escolas públicas para as privadas. Estes desvios davam-se na forma de apoio governamental tais como: vantagem fiscal, bolsas de estudo distribuídas pelo governo e até mesmo a inibição de iniciativas governamentais para possibilitar um tipo de reserva de mercado.

Educação escolar infantil em foco na revista Realidade

Mediante a constatação de que a infância, em especial no que se refere às crianças pobres e urbanas, passou a ser percebida como possível problema de caráter social, a elaboração das edições da revista *Realidade* sofreu, ao longo de seus dez anos de existência, diversas modificações. Era preciso sobreviver à censura aos meios de comunicação e, neste cenário, adaptar-se ao exigido pelo mercado editorial.

¹⁰ *Idem.* p.125.

Segundo Faro, a lógica de produção das edições de *Realidade* apresentou dois momentos distintos: entre 1966 e 1968 e entre 1969 e 1976.¹¹ No primeiro momento a revista explicitou de forma mais contundente suas críticas às relações sociais vigentes, sobretudo, no âmbito da família no Brasil nos anos de 1960. Apesar de não se pretender revolucionária, questionou e debateu assuntos polêmicos, tais como, o divórcio, a pílula anticoncepcional e as atribuições das mulheres naquele período. No segundo, de 1969 a 1976, após o decreto do Ato Institucional número 5 em dezembro de 1968, *Realidade* tornou seus escritos mais superficiais e suas críticas mais camufladas. Faro sugere que este segundo momento descaracterizou o fazer jornalístico da revista. Para o referido autor, mediante as limitações de produção do discurso jornalístico, as possibilidades de permanecer com os mesmos padrões editoriais tornou-se bastante difícil.

Contudo, a proibição de vendas de determinadas exemplares da revista não ocorreu apenas com a instituição do Ato Institucional número 5. Exemplo claro disso é a apreensão, em dezembro de 1966, da edição número 10 da revista *Realidade* – que circularia em janeiro do ano seguinte. Esta edição tratava única e exclusivamente de temas relativos às mulheres. Em janeiro de 1967, na edição de número 11, produzida como “substituta” da anterior, o diretor da Editora Abril, Victor Civita, explanou sobre o acontecido. Como título de “A apreensão de REALIDADE”, escreveu:

No penúltimo dia do ano passado, REALIDADE de janeiro foi apreendida em São Paulo, por decisão do juiz de Menores. Simultaneamente – e embora o juiz não tivesse qualquer jurisdição quanto aos exemplares destinados a outras comarcas – cerca da metade da tiragem da revista foi detida na gráfica onde é impressa. Finalmente, alguns dias depois, o juiz de Menores de Guanabara, também mandou apreender a revista. Nos dois casos, a alegação foi a mesma: tratava-se de uma edição “obscena” e “ofensiva à dignidade da mulher” (...). Desde o nosso primeiro número, em abril de 1966, manifestamos a opinião de que a única maneira de resolver problemas é enfrentá-los (...). A apreensão do número de janeiro constitui, assim, muito mais que uma simples ação punitiva contra qualquer vulgar publicação licenciosa. Significa, essencialmente, que qualquer juiz de Menores pode

11 FARO, *Op. cit.*, 1998. p.11.

impedir que uma revista circule em todo o país, apenas por não concordar com o seu ponto de vista. Significa que basta a simples opinião de uma autoridade administrativa para anular meses de trabalho e provocar vultosos prejuízos materiais. E significa, finalmente, que a liberdade da imprensa vê-se novamente em perigo, uma vez que este tipo de apreensão ameaça jornais e revistas que publicarem fatos, estatísticas e opiniões julgados inconvenientes a critério exclusivo de uma única pessoa.¹²

As palavras de Victor Civita, ao demonstrar clara indignação com a atitude tomada pelo Juiz de Menores, evidenciam que embora a censura aos meios de comunicação existisse, até certa medida ainda era admissível manifestar-se contra ações do poder público. Quando Victor Civita comenta que a liberdade de imprensa pode estar novamente em perigo, era forte a sua convicção de que se devia lutar pelos direitos outorgados ainda em 18 de agosto de 1821 por D. Pedro I³ – o direito à liberdade de imprensa.

Possivelmente este tipo de manifestação não teria sido possível após dezembro de 1968. As reportagens que tratavam da educação infantil se encontram em grande parte presentes entre os anos de 1967 e 1968. Após esse período, a revista *Realidade* apresentou um pequeno número de matérias sobre reformas no ensino e tampouco houve manifestações contrárias ao governo brasileiro em nível federal, estadual ou ainda municipal.

De acordo com Olga Brites, em se tratando do Brasil entre 1930 e 1950, “as revistas e os jornais não se limitavam a registrar imagens de infância preexistentes no social.¹⁴ Eles participavam do fazer social daquelas imagens, operando nos parâmetros de um grupo social e reforçando seus valores”. Assim sendo, esses periódicos, instituía e reafirmavam certos contornos da sociedade através da aceitação ou não do que era publicado, estabelecendo relações contínuas entre o leitor e suas produções.

Faro infere sobre as motivações que levaram a revista *Realidade* a produzir diversas matérias sobre os saberes escolares. O autor afirma:

12 REALIDADE, janeiro de 1967, n. II, p. 3-4.

13 SOARES, G. A. D. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, jun. 1989. p.21.

14 BRITES, O. Criações de Revista (1930-50). *Revista de Educação (USP)*, São Paulo, v. 26, p. 161-176, 2000.

O processo generalizado de revisão de valores que se dá na metade dos anos 60, atingiu em cheio a Pedagogia, e Realidade repercutiu em suas páginas as propostas que evidenciavam que também o ensino era parte integrante de uma nova relação do homem com o conhecimento, sua absorção e sua produção (...) as propostas pedagógicas do período, reflexos de uma época de contestação da autoridade, deslocavam o eixo do entendimento da instituição escolar, conferindo ao indivíduo outros papéis: autonomia, liberdade, consciência crítica, participação ativa no processo educacional, e vários outros itens programáticos daquilo que era a base da revisão que se processava no setor.¹⁵

A competitividade e a eficiência, valores fundamentais do sistema capitalista e norteadores das abordagens das instituições escolares na década de 1960 no Brasil, começaram a ser questionadas por modelos pedagógicos trazidos dos Estados Unidos e de países da Europa a fim de reorganizarem a relação das crianças com o ambiente escolar e com a própria noção de aprendizagem. A revista *Realidade* mostrou-se em favor destas novas propostas pedagógicas.

Em janeiro de 1967, a revista *Realidade* publicou sua primeira reportagem sobre educação de autoria do jornalista Hamilton Ribeiro, nomeada “Já Existe a Escola de Amanhã”. Nesta matéria jornalística traduziu-se a proposta educacional de ginásios experimentais mantidos pelo governo estadual de São Paulo.

Segundo a publicação, a meta de ensino dos ginásios era totalmente vocacional e voltada ao mercado de trabalho. Exemplo deste fato eram os testes de aptidão, aplicados por psicólogos e por docentes, que indicavam aos alunos e alunas quais profissões seriam adequadas às suas habilidades. Os alunos e alunas, contudo, tiravam a prova real na prática: cotidianamente simulavam estas atividades profissionais saindo da sala de aula para aprender; as aulas poderiam ser ministradas em qualquer ambiente da escola, tais como, o ginásio ou o pátio. Intentava-se que os professores/as dinamizassem as disciplinas e as tornassem mais interessantes a partir da relação direta entre o ambiente e o conteúdo. O jornalista Hamilton

¹⁵ FARO, *Op. cit.*, 1998. p.219.

Ribeiro afirmava:

A escola vocacional é diferente das outras em tudo. Não tem nota, nem exame, nem matérias isoladas. Nem tem aula, se a gente pensar naquela situação de um professor falando do alto da sua mesa para 40 alunos distantes. Seu objetivo não é apenas a escolaridade intelectual promovida pelos ginásios comuns. A meta é desenvolver a personalidade do aluno, ajudá-lo a descobrir o ramo de atividade para o qual tem aptidão e prepará-lo para enfrentar um mundo difícil e em permanente modificação.¹⁶

Ainda que voltada para atender os interesses das relações capitalistas de produção, esse modelo de escola superava as expectativas tradicionais da época. Dona Maria Nilde Mascellani, coordenadora do Serviço de Ensino Educacional, foi a profissional mais mencionada durante a reportagem sendo que foi com a seu depoimento que Hamilton Ribeiro encerrou a narrativa jornalística. Sem que suas palavras se sobrepusessem às da coordenadora, o jornalista apenas discorreu o que sua entrevistada mencionou, e o tom de crítica foi inevitável.

Dona Maria Nilde acha que São Paulo precisa resolver seus problemas de educação não só em quantidade de salas de aula, mas também em qualidade de ensino. Entende que renovação só é possível com o preparo de uma nova mentalidade no professor e uma modificação na estrutura do ensino. Em sua opinião, o ginásio vocacional fêz estas duas coisas e procurar preparar o estudante para uma situação ajustada à realidade de nossos tempos e de nosso país. A pedagogia moderna no vocacional busca eliminar as maiores falhas do ginásio comum, principalmente estas: 1- Ensino acadêmico e palavroso, sem contato com a realidade; 2 – falta de unidade entre as matérias; 3 – sistema de promoção que ignora as diferenças individuais e coloca todos os adolescentes numa mesma bitola de capacidade; 4 – a distância entre a escola e a família; 5 – educação com objetivo puramente intelectual, quando é necessário haver educação mais ampla, que envolva educação moral e cívica, religiosa, estética, física e de iniciação profissional.¹⁷

16 REALIDADE, fevereiro de 1967, n.11, p. 99.

17 REALIDADE, fevereiro de 1967, n.11, p.106.

As palavras do jornalista poderiam até estar disfarçadas por clamores externos a ele, porém não houve um ponto negativo sequer mencionado a respeito dos ginásios vocacionais. E as fotos reafirmavam o que os escritos estavam por consolidar: grandes imagens em preto e branco de crianças em diversas funções, atuando ativamente no espaço escolar. A primeira imagem, que ocupou quase uma página inteira, demonstrou ainda mais: uma professora sentada lado a lado com um aluno, apontando-lhe papéis, como quem ensina de maneira individualizada, sem sobrepor seu conhecimento no modelo de hierarquização tradicional.

A edição de julho de 1967 trouxe em sua capa a frase: “A nova pré-escola. Quem manda é a criança”. Abaixo do título, uma foto peculiar: uma criança montada em uma senhora, como quem supõe estar no comando. Das revistas pesquisadas, esta foi a única edição que trouxe como matéria de capa um tema relacionado à educação infantil. A matéria foi escrita pelos jornalistas Carlos Azevedo e Norma Freire e as robustas ilustrações ficaram por conta do fotógrafo Jorge Butsuem. “Tem o país o direito de gastar dinheiro público fazendo jardim de infância quando o seu problema é a alfabetização?”¹⁸ Esta é a pergunta central da reportagem sendo por meio dela que a narrativa se desenvolve, do começo ao fim.

De acordo com Rosemberg, foi entre as décadas de 1950 e 1960 que a preocupação com a pré-escola teve seu início no Brasil.¹⁹ Somente a partir da segunda metade dos anos de 1960, contudo, é que ações foram tomadas para atender as crianças entre 3 e 6 anos no que condiz à assistência educacional.

Paschoal e Machado apontam para uma questão importante referente ao valor das creches e escolas pré-primárias durante esse período: o avanço da industrialização e o aumento do número de mulheres da classe média no mercado de trabalho.²⁰ Em decorrência destes fatores, a necessidade de instituições que assistissem à criança no ambiente externo ao lar

18 REALIDADE, julho de 1967, n. 16, p. 130.

19 ROSEMBERG, F. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 141-163.

20 PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M.C.G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 9, n. 33, 2009. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/4023>> Acesso em: 4 set. 2014. p.84.

tornou-se indispensável. O poder público, então, começou a ser mais pressionado a prestar auxílio não só à classe média, mas igualmente aos trabalhadores com menor poder aquisitivo.

Os repórteres apresentaram dados estatísticos do analfabetismo, recorreram a entrevistas com psicólogos, professoras e diretoras; voltaram-se às análises freudianas e chegaram à seguinte conclusão: as crianças aprendem por meio de estímulos, o que significa que o aprendizado começava logo no nascimento e que nas condições consideradas corretas e através de incentivos dos pais, os infantes eram capazes de se desenvolver igualmente. E acrescentaram: “tudo isso varia muito de criança para criança, mas em geral aos três anos se pode dizer que ela esgotou as experiências no meio familiar. Ela precisa de mais”.²¹

Ao entrevistarem a professora Zenita Guenther, o questionamento recaiu sobre o fato de muitos meninos e meninas, ao ingressarem aos 7 anos no ensino primário, não estarem plenamente maduros para o processo, o que poderia resultar em reprovações e dificultar ainda mais a aprendizagem.

Heloísa Marinho, outra professora entrevistada, recorreu às palavras de exigência frente à educação pública:

Que o governo federal dê pelo menos meio para construção de barracões e fornecimento de merenda a milhares de crianças (...). Reivindico também do governo estadual que ao menos respeite suas professoras, rejeitadas pelo ensino público e perdidas na mercantilização das pré-escolas particulares.²²

Ao fim da matéria, Azevedo e Freire voltaram à questão principal, ou seja, o país naquele momento histórico tinha o direito de gastar dinheiro público com as crianças menores. A resposta da revista *Realidade* foi a seguinte: “o país não tem apenas o direito, mas a obrigação”.²³ Em resumo, a matéria era um apelo da revista ao considerado descaso governamental diante da educação escolar das crianças brasileiras que possuíam entre 3 e 6

21 REALIDADE, julho de 1967, n. 15, p. 130.

22 REALIDADE, julho de 1967, n. 15, p. 136.

23 REALIDADE, julho de 1967, n. 15, p. 138.

anos.

No ano de 1967, no mês de agosto, *Realidade* redirecionou seu foco de atuação. Ao invés de centrar-se no ambiente escolar de forma generalizada, optou por debater sobre uma área específica do conhecimento – a Matemática. A escolha deste tema não foi aleatória, pelo contrário, pois um acontecimento único e atípico estava vindo do exterior para marcar presença nas salas de aula brasileiras: o Movimento da Matemática Moderna (MMM).

A disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética pela supremacia bélica provocou (mesmo que indiretamente) uma renovação do ensino técnico. Entre estas modificações nas grades curriculares dos cursos tínhamos a diminuição de matérias do campo das Ciências Humanas e do aumento daquelas relacionadas à área de exatas. O ensino da área da matemática se enquadrava neste contexto.

Para dar corpo e exatidão ao texto, a jornalista Norma Freire, responsável pela produção da reportagem em *Realidade*, optou por traçar a história da matemática e demonstrar a sua importância milenar. Ademais, constatou que o método de ensino clássico não satisfazia mais as escolas daquele momento e que era preciso “superar a herança de ensino anacrônico de Matemática que se vem constatando de 50 anos para cá”.²⁴

As fotos nas páginas do impresso mensal ilustravam várias crianças brincando com formas geométricas no chão de uma sala de aula: retângulos, círculos, quadrados e triângulos. Objetivava-se demonstrar a importância da utilização de novas linguagens no trato à matemática. Não bastaria lápis e papel, contas destituídas de um contexto próprio. Seria preciso ir além: motivar crianças e adolescentes a aprenderem a Matemática conscientes da utilização cotidiana que esta área do saber proporcionaria em suas vidas. Apesar de muito antiga, sua reinvenção não relativizaria os resultados, mas os métodos de ensino – através da simplificação e da atualização de conceitos e práticas.

Em novembro de 1968, leitores e leitoras da revista *Realidade* depararam-se com o seguinte diálogo entre uma orientadora educacional, Dona Cinira, e os alunos do sexto ano do Ginásio Estadual Pluricurricular da Lapa, localidade do Estado de São Paulo.

²⁴ REALIDADE, agosto de 1967, n. 17, p. 62.

A pergunta seguinte de Dona Cinira, na intenção de seguir o método de fazer os alunos falarem primeiro, foi:

- Muito bem. E que transformações vocês notaram no corpo de vocês ultimamente?

As respostas, no começo, são um pouco hesitantes:

- A gente fica malicioso...

- Que mais?

- Começa a nascer pelo...

- Onde?

Dona Cinira diz que faz questão de todos ficarem à vontade, e por isso insiste sempre. Até que coloca:

- E será que não é possível a gente conversar naturalmente sobre isso?

E os alunos, em geral, respondem:

- Ah..., mas a gente não sabe falar..., a gente só sabe falar do jeito da gente...²⁵

Boa parte do público da época talvez estivesse espantada com a matéria: que tipo de escola é essa que fala com crianças a respeito das mudanças corporais ocorridas durante a puberdade? No mínimo, um absurdo. Na atualidade talvez o espanto fosse substituído por certa naturalidade e, quem sabe, um interesse positivo em ler a reportagem. As respostas dos alunos e alunas também não escapariam a essas mudanças socioculturais, a não ser pela última fala: “ah..., mas a gente não sabe falar..., a gente só sabe falar do jeito da gente...”.

É esse “jeito da gente” que evoca o reconhecimento de si mesmo enquanto

²⁵REALIDADE, novembro de 1968, nº 32, p. 181.

pertencente a um grupo social e distinto de quem se fala. Jeito que diferencia, mesmo sem se distanciar; jeito que se posiciona não na contramão do mundo adulto, mas indo em direção a ele; jeito que afirma seu lugar como quem diz às pessoas mais vividas: “somos crianças, porém temos voz, mesmo que ela seja diferente da sua em tonalidade e em forma de expressão”.

No ano de 1968, *Realidade* optou por explorar limites até então inéditos no que condiz à educação de crianças e adolescentes: o redator-chefe da revista, Paulo Patarra, viajou até a Inglaterra com o objetivo de conhecer *in loco* uma escola bastante inovadora: a *Summerhill*.

Conhecido como um intelectual bastante peculiar e dono de lógicas próprias e totalmente diferentes de ensinar, o educador escocês Alexander Sutherland Neill foi o fundador de Summerhill e, para ele, a liberdade era a chave do ensino escolar. Summerhill, foi a resposta efetiva dos 19 livros que haviam sido lançados por Neill até aquele momento, todos defendendo práticas libertárias e baseadas no desenvolvimento dos sentimentos das crianças sem a preocupação intelectual de memorização presente nas escolas consideradas tradicionais.

Patarra procurou evidenciar na sua reportagem a autonomia que os alunos e alunas possuíam na escola: as aulas só eram assistidas por aqueles que estivessem interessados. Assim, se um grupo de alunos e alunas resolvesse fazer outra atividade por conta própria, nada acontecia. Sem aborrecimentos por parte dos professores, punições ou broncas. O professor de História, Inglês e Biologia, John, foi entrevistado por Patarra e contou seus sentimentos em relação ao método de aprendizado. De acordo com o referido docente, os professores ganhavam menos do que em escolas comuns, porém a recompensa estava em lecionar para aqueles que queriam, de fato, aprender. Acrescentou: “nós ficamos viciados em sinceridade e interesse (...). Quem resolve aprender, não só vai a todas as aulas, como não dá folga para a gente: quer saber cada vez mais”.²⁶

As fotos, produzidas por Patarra, caminharam junto com a narrativa escrita: todas em preto e branco com crianças mostrando a língua, correndo livres pelo pátio, segurando paus de madeira. Uma imagem, em especial, pareceu se sobressair às demais: um aluno sentado na

²⁶ REALIDADE, janeiro de 1968, n. 22, p. 54.

sua carteira, na sala de aula, com um revólver em cima da mesa. Nenhuma atitude dos adultos levava à proibição.

Os/as aluno/as deveriam aprender quando estivessem preparados e decididos a isto. Segundo Neil, as perguntas viriam naturalmente assim como seus desejos por solucioná-las. Os/as professores/as estariam à disposição para auxiliar neste processo sem qualquer tipo de pressão. Aos docentes, portanto, caberia descobrir os limites da sua própria liberdade no seu tempo particular e aos discentes servir de amparo às crianças na incessante busca por respostas.

O educador escocês reforçou:

Os pais e as escolas matam a liberdade, a iniciativa e a capacidade de criar das crianças. Eles dizem aos jovens como viver, o que pensar, no que acreditar, impondo-lhes um sem-número de tabus. A essa gente só interessa o dever. Um dever que pede a um jovem de 18 anos matar em nome da pátria. Mas, se esse mesmo jovem quiser ter uma vida sexual aberta, todos os poderes estarão contra ele. A sociedade dá licença para matar, não dá licença para viver.²⁷

No ano seguinte, 1969, nenhuma reportagem sobre educação infantil foi publicada na revista *Realidade*. Somente no mês de abril de 1970 o “silêncio” foi quebrado. A matéria, produzida por José Carlos Marão, fotografada por Cláudia Andujar e nomeada de “Uma aventura, a professorinha”, distanciou-se da busca por novos modelos educacionais em prol de certa “modernização” do ensino. A reportagem focou na caracterização da profissão de professor/a como um reduto de mulheres, assim como na dificuldade que muitos discentes e docentes enfrentavam para conseguir chegar às precárias escolas do litoral Sul de São Paulo.

Segundo o jornalista José Carlos Marão, uma professora havia sido escolhida para simbolizar todos aqueles que lecionavam em condições problemáticas. Esta professora chamava-se Jurema. E não foi ao acaso que a escolha recaiu sobre uma mulher e, menos ainda, a intenção quanto ao título: “professorinha”. Fischer explica que múltiplos são os meios de

27 REALIDADE, janeiro de 1968, n. 22, p. 52.

comunicação que apresentaram essa figura da professorinha: uma mulher meiga, boazinha e ingênua.²⁸ A autora cita programas de televisão e *cartoons* que optaram por uma, dentre duas possibilidades, de representar o docente: ou a figura de desespero ou a da mulher paciente, “bonitinha” e feliz.

A profissão de professor foi constantemente ligada à representação social do feminino, pois desde o século XIX os cursos de magistério e Pedagogia passaram a ser considerados por uma parcela da população como menos rigorosos que os demais. “Assim, a professora mulher acaba tendo como atributo o afeto e sendo discriminada como desprovida de inteligência. Por isso, a profissão nas mulheres decorreria dos seus ‘dons maternais’ e não da sua capacidade de inteligência”.²⁹

O jornalista José Carlos Marão pareceu reforçar estereótipos: apenas um professor do sexo masculino foi entrevistado e, frequentemente, a matéria mencionava a palavra “professoras” para representar os homens e as mulheres que lecionavam naquela região. Outro aspecto interessante a ser analisado é o termo “semi-heróis” que Marão constantemente se serviu para criar a imagética do professor que segundo o jornalista:

Nas suas escolas fazem a própria comida (quando há comida), dormem em esteiras no chão e, para a reunião mensal, viajam a pé, de bicicleta, em canoinha de remo, enterrando os pés até os joelhos nos atoleiros das ilhas, ou às vezes pagando até um terço do salário pelo aluguel de um barco a motor.³⁰

Assim, foram representadas as condições proporcionadas a professores e professoras destas localidades de difícil acesso que lecionavam em escolas com estruturas físicas

28 FISCHER, B. T. D. Ser Professor Hoje: Percursos e Percalços. *Revista de Ciências Humanas*, Frederico Westphalen, v.13, n.21, p. 11-20, 2012. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/663>> Acesso em: 4 abril. 2014. p.13.

29 RABELO, A. O. O Gênero e a profissão docente: impactos na memória das normalistas. *Revista Ártemis*, João Pessoa, v.6, p. 58-67, jun. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/issue/view/224>> Acesso em: 4 set. 2014. p.69.

30 REALIDADE, abril de 1970, n. 49, p. 19-20.

degradantes: semi-heróis tão apaixonados pela sua profissão que mantinham o bom humor mesmo diante das dificuldades. Pessoas que não blasfemavam, mas aceitavam o que lhes era oferecido. Em nenhum momento o jornalista inferiu de maneira crítica acerca do ambiente escolar ou das condições de trabalho; seus comentários permaneceram na superfície do tema.

Na única passagem direta referida ao governo de São Paulo, a revista *Realidade* isentou-o, explicitamente, de qualquer culpabilidade. O jornalista afirmava o seguinte: “é praticamente impossível construir ali, em virtude de transporte difícil. Além disso, muitas vezes as escolas têm de mudar de lugar, pois as populações de pescadores são mais ou menos nômades (...). A culpa não é de ninguém, nem do Estado. É da natureza”.³¹ A responsabilidade pelo ensino de crianças, de acordo com a reportagem, deveria seguir o curso frente às suas exigências físicas do meio ambiente; afinal, o que poderia o governo fazer mediante as intempéries da natureza?

É evidente que o caráter considerado inovador da revista, presente na maioria das reportagens citadas anteriormente, teve de ser reformulado. Com a instituição do Ato Institucional número 5 tornou-se mais difícil fazer críticas às ações do governo. E a resposta da revista *Realidade* foi clara: as reportagens abordavam os temas de forma mais superficial. A matéria jornalística sobre as escolas do litoral paulista foi exemplo desse fato.

Por mais que o Estado tenha sido desvinculado da responsabilidade pelas condições daquelas escolas e que a capa tenha relacionado docentes às condição de heróis e heroínas que mantinham o semblante cotidianamente alegre, o jornalista José Carlos Marão foi crítico em revelar a falta de estrutura e o caráter precário das escolas, assim como a difícil mobilidade tanto de docentes quanto de discentes. Mostrou-se, ainda que de forma camuflada, a distância concreta entre o plano governamental de oferecer educação pública à população pobre e o estado desanimador das escolas e seus frequentadores. Em suma, a apresentação considerada “transgressora” da revista *Realidade* não deixava de existir, mas era preciso se adequar ao cenário político do país naquele momento.

³¹ REALIDADE, abril de 1970, n. 49, p. 22.

Considerações finais

O Brasil no século XX foi palco de intensas transformações políticas, caracterizadas por diretrizes nacionalistas e, por conseguinte, na construção discursiva que aludia a uma população saudável mentalmente e fisicamente, bem como disposta a contribuir com sua mão-de-obra para a construção de um país moderno e eficaz. Os projetos governamentais voltados às crianças, engajados nesta lógica de disciplinarização de corpos e mentes, propuseram medidas ditas assistenciais e delegaram aos considerados “menores” responsabilidades legais.

Pôde-se perceber que as reportagens de *Realidade* até 1968, período anterior ao decreto do Ato Institucional número 5, indicaram novas perspectivas no plano da educação infantil, as quais destacaram explicitamente abordagens pedagógicas estrangeiras por meio de discursos que as conferiram legitimidade e eficiência nas instituições escolares. Via-se uma potencial abertura à modernização do ensino – já que o país ansiava por crescimento industrial, porém que se chocava com o sistema político vigente baseado no autoritarismo e nos procedimentos tradicionais de ensino.

De acordo com as reportagens de *Realidade*, tornou-se claro seu posicionamento sobre a falta de competência governamental, naquele momento, em proporcionar ensino de qualidade e eficiente a maior parte das crianças.

Nos anos seguintes ao Ato Institucional número 5, o impresso pouco discutiu sobre educação, tampouco a respeito de novas propostas educacionais. Em 1970, as críticas ao governo foram silenciadas. As reivindicações por melhorias no plano educacional desde o ensino pré-primário ao secundário, portanto, foram deixadas de lado.

Restou à revista produzir textos descritivos e pouco argumentativos. As palavras não passavam da superfície do assunto abordado; os textos perderam, em parte, o caráter direcionador e crítico. Sobraram as letras bem colocadas, as frases bem escritas, porém rasas de interpretação. Não por menos, *Realidade* precisou se readequar à rigidez do governo, bem como à censura aos meios de comunicação; apesar de carente quanto à identidade que um dia

mantivera – e que, de certa forma, esperneava por mudanças – conseguiu manter-se até fins da década de 1970 sustentada não mais pela “transgressão editorial”, mas talvez pela expectativa do porvir.

Cabe, aqui por fim, ressaltar a importância de se estudar as crianças e de oportunizar a interpretação das representações sociais dadas ao mundo infantil, assim como dar vazão às próprias falas destas personagens. De acordo com Nascimento, mais recentes do que as crianças enquanto objeto de estudo pelas Ciências Sociais e Humanas, é a relação entre sociedade, infância e escola.³² Desta forma, o presente artigo pretendeu contribuir com esta relação ao passo que dialoga com eventos passados diante de uma perspectiva de infância balizada na contemporaneidade: o da multiplicidade de infâncias.

32 NASCIMENTO, C. T.; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA, V. F. de. A Construção social do conceito de infância: Algumas interlocuções históricas e sociológicas. *Revista Olhar do Professor*. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gepeis/wp-content/uploads/2011/08/infancias.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2014. p.2.